

ESPADEIROS (AS) E POLICIAIS NA GUERRA DE ESPADAS EM CRUZ DAS ALMAS-BA (1980- 2017)

DOI: 10.5935/2177-6644.20200026

ESPADEIROS AND COPS IN GUERRA DE
ESPADAS IN CRUZ DAS ALMAS-BA (1980-
2017)

ESPADEIROS Y POLICÍAS EN GUERRA DE
ESPADAS EN CRUZ DAS ALMAS-BA (1980-
2017)

Filipe Arnaldo Cezarinho *

Resumo: Com a criminalização da Guerra de Espadas em Cruz das Almas/BA, em 2011, tornaram-se expressivos os conflitos entre espadeiros (as), policiais e agentes do Ministério Público local. O objetivo desta proposta é investigar as relações entre espadeiros e policiais na Guerra de Espadas. Para isso, se propõe analisar quatro esferas dessas interações: o entendimento do poder público sobre a tradição, extensões e limites do controle social por parte dos (as) policiais, articulação/negociação entre espadeiros (as) e policiais e, por fim, compreender as alterações nas relações de trabalho na produção das espadas. As tipologias de fontes principais são orais e os boletins de ocorrência. Todo o percurso analítico sobre as fontes partirá da influência conceitual de autores da História Social permitindo, dessa maneira, acessar o cotidiano desses indivíduos, a saber: Edward Palmer Thompson (experiência e negociação), James Scott (resistência) e Marcos Luiz Bretas (cultura policial).

Palavras-chave: História Social. Polícia. Violência. Crime.

Abstract: With the criminalization of Guerra de Espadas in Cruz das Almas, Bahia state, in 2011, became evident the conflicts among espadeiros, cops and the local agents of Prosecutor's Office. This article aims to investigate the relationship between espadeiros and cops in Guerra de Espadas. For this, will be analyzed four spheres of these interactions: the State understanding about the tradition dimensions; the social control by the cops; negotiation between espadeiros and cops; lastly, to comprehend the changes in work conditions relationship on espadas production. The typologies of main sources are oral and the police reports. All analytic route on the sources will start by conceptual influences of Social History allowing access to daily life of these individuals. The main authors studied are Edward Palmer Thompson (experience and negotiation), James Scott (resistance) e Marcos Luiz Bretas (police culture).

Key-words: Social History. Police. Violence. Crime.

Resumen: Con la criminalización de la Guerra de Espadas en Cruz das Almas, estado de Bahía, en 2011, se hicieron evidentes los conflictos entre espadeiros, policías y agentes locales de la Fiscalía. Este artículo tiene como objetivo investigar la relación entre espadeiros y policías en Guerra de Espadas. Para ello, se analizarán cuatro esferas de estas interacciones: la comprensión del Estado sobre las dimensiones de la tradición; el control social por parte de la policía; negociación entre espadeiros y policías; por último, comprender los cambios en la relación de las condiciones de trabajo en la producción de espadas. Las tipologías de fuentes principales son orales y los informes policiales. Todo recorrido analítico sobre las fuentes partirá de influencias conceptuales de la Historia Social permitiendo el acceso a la vida cotidiana de estos individuos. Los principales autores estudiados son Edward Palmer Thompson (experiencia y negociación), James Scott (resistencia) y Marcos Luiz Bretas (cultura policial).

Palabras-clave: Historia Social. Policía. Violencia. Crimen.

* Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: cezarinhohistoria@hotmail.com

Apresentação do tema

A Guerra de Espadas, tradição centenária, é uma manifestação cultural bastante conhecida em algumas cidades do Recôncavo baiano e de grande relevância para o município de Cruz das Almas.¹ No período de comemorações do São João, festa católica, mas que também coincide com o momento da colheita do milho e amendoim na região, as pessoas saem às ruas com suas espadas de fogo em busca de adrenalina e emoção. As espadas são produzidas, grosso modo, com bambu, pólvora e barro. Nos dias 23 e 24 de junho, populares de todas as idades transitam pelas vias públicas para guerrear. A dinâmica é simples. Grupos se posicionam em lados opostos e lançam suas espadas no intuito de estabelecer guerras com as espadas de fogo. Obviamente que a tradição de tocar espadas provoca acidentes, podendo acarretar em queimaduras leves, ou até problemas mais graves como, em casos esporádicos, mortes.

A Guerra de Espadas, em Cruz das Almas, sempre foi alvo de disputas entre os mais diversos atores e atrizes sociais. A partir da década de 1980, com as construções da BR 101 e da Barragem Pedra do Cavalo, transformações na cidade propiciaram aumento no fluxo populacional urbano e, conseqüentemente, significativa alteração no número de espadeiros (as). Essa elevação permitiu maior abertura no processo de produção das espadas, anteriormente reservado aos fogueteiros da cidade, às pessoas que tivessem interesses e habilidades em produzi-las. Com isso, surgiram conflitos entre espadeiros (as) “antigos (as)” e espadeiros (as) “novos (as)”.

Ainda nas décadas de 1980-90, as atividades agrícolas do fumo, mandioca e laranja constituíram-se como fatores de aumento demográfico da cidade, obrigando a expansão da sua área urbana (CASTRO, 2012). O fumo aumentou as oportunidades de emprego da população cruzalmense, principalmente utilizando a força de trabalho das mulheres (SANTANA, 2013). Foram nas últimas décadas do século XX, com a crise econômica, que a indústria de tabaco na cidade começou a decair. Famosa por exportar para vários países, a Suerdieck teve a sua unidade fechada no ano 1999, depois de 64 anos de funcionamento na cidade de Cruz das Almas (PORTO FILHO, 2003). A crise fumageira do período descentrou absolutamente toda estrutura econômica da cidade. A última década do século XX exacerbou o contingente de pessoas desempregadas,

¹ Pode-se buscar a origem do município nos meados do século XIX. No planalto de terra produtiva apareceram os primeiros vultos de tropeiros que transitavam para manutenção de relações comerciais nas cidades de São Felix e Cachoeira. Nesse vai e vem, foram montadas casas rústicas em meio à mata que os cercava. A partir desse movimento de pessoas munidas por interesses de trocas comerciais e pedindo, por meio de rezas, para que suas almas permanecessem asseguradas, que se consolidou o arraial. A criação de Cruz das Almas como cidade deu-se em 29 de julho de 1897 com a lei sancionada pelo governador do Estado da Bahia, na qual desmembrava Cruz das Almas de São Felix. Apenas no ano de 1965 foi concretizada a comarca da cidade. Ver: SANTANA, 1997.

propiciando aumento significativo de trabalhadores informais. Adiantamos que essa quebra no modelo central da economia de Cruz das Almas abriu meios para uma nova massa de trabalhadores (as) espadeiros (as) na tradicional Guerra de Espadas: “Podemos considerar que o fechamento dessa fábrica, que gerava uma quantidade considerável de empregos, deslocou a inserção de diversos trabalhadores, empurrando-os para os postos de trabalho informal, dentre os quais se destaca a produção de espadas” (CASTRO, 2012, p. 33).

Em busca de retorno financeiro, para mobiliar suas casas e pagar suas dívidas, trabalhadores (as) aprenderam o ofício da produção das espadas e adentraram no cenário do festejo ativamente. As espadas se tornavam, também, um elemento importante no complemento da renda familiar dessas pessoas. Segundo Adriana da Silva Oliveira: “A dinâmica na ordem econômica acabou substituindo antigas tradições e costumes, como as visitas a parentes e amigos, as técnicas de fabricação foram sendo transformadas, sobretudo no início das décadas de 1980-1990” (OLIVEIRA, 2012, p. 67). Esse deslocamento da massa trabalhadora de Cruz das Almas fez-se notar na Guerra de Espadas. Em 2009, antes da proibição do festejo, o jornal *A Tarde* apresentava a estimativa de comercialização e valores de vendas das espadas no período junino:

A estimativa da Polícia Militar é a de que sejam comercializadas cerca de 200 mil espadas em Cruz das Almas durante os festejos. O preço de cada artefato, que costuma ser confeccionado em abril, varia de R\$ 10 a R\$ 200, dependendo do tamanho e da quantidade de pólvora. Cada espada de 30 centímetros pesa em torno de 600 gramas (A TARDE, 2009).

A importância econômica do festejo, além dos aspectos culturais, não foi reconhecida pelo Ministério Público (MP) local que acabou proibindo a Guerra de Espadas em 2011. A tradição tornou-se crime por meio da Ação Cautelar movida pelo MP, intensificando as disputas por toda cidade. O Estado acusou os (as) espadeiros (as) de serem irracionais, de promoverem a depredação dos bens públicos e de impedirem o “ir e vir” das “pessoas de bem”, por exemplo. Segue, abaixo, um breve trecho do documento:

Esta prática expõe diretamente a perigo de dano – e concretamente lesiona – bens jurídicos os mais diversos, notadamente a integridade física de pessoas que a ela não aderiram, a incolumidade do meio-ambiente (sobretudo animais submetidos à exposição da “guerra”), o patrimônio público e privado, a merecerem, como direitos fundamentais que são, a máxima proteção do Estado (AÇÃO CAUTELAR N° 0001047-89.2011.805.0072, 2011, p. 4).

Mesmo com as determinações oriundas do MP local, reconhecidas pelo jurídico, a população espadeira reinventou estratégias para a burla dos imperativos legais e deu continuidade à tradição das espadas. Estrategicamente, modificou-se o eixo de produção das espadas do urbano para o rural (dificultando o acesso e empreitadas policias) e a praça central deixou de ser palco do

festejo. A Guerra de Espadas passa a se concentrar nos bairros da cidade, principalmente nos mais distantes do centro. O relato do espadeiro Marcos² confirma tal argumentação: “A gente vai na zona rural, faz lá e aí traz pra rua pra gente tocar escondido, pra não acontecer a polícia prender nós” (MARCOS, 2017).

Tal movimentação demonstrou-se tão fecunda que foi preciso, em 2015, que o MP publicasse um novo documento no qual autorizava maior atuação e repressão por parte das forças policiais na cidade.

RECOMENDAR AOS PREPOSTOS DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR COM ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/BA que adotem as providências necessárias para coibir as atividades de fabrico, transporte, comércio e uso (queima) de fogos de artifícios e pirotécnicos, bem como de explosivos, pólvoras mecânicas e pólvoras químicas de qualquer tipo, inclusive, “espadas”, realizadas em desacordo com as determinações legais e regulamentares, inclusive: (a) apreensão dos artefatos produzidos, transportados, comercializados e utilizados de forma irregular; e (b) prisão em flagrante pelo cometimento dos crimes listados na presente recomendação, ressalvado o dispositivo na lei n. 9.009/1995, quando for o caso (1º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CRUZ DAS ALMAS. 2015, p. 4).

A exacerbação do quadro repressor aos espadeiros (as) e à Guerra de Espadas não diluiu a resistência da população que permanece ativa e busca, por vias legais, a regulamentação da manifestação. Como indicado anteriormente, as resistências são plurais. A criação de uma Associação dos Espadeiros caracteriza a luta pela regulamentação da tradição nos ditames da lei. Das discussões forjadas em seu interior surgiu a cartilha dos espadeiros que indicava caminhos e meios para a retomada da Guerra de Espadas ao campo da legalidade. Mais do que isso, a cartilha agrega fortíssimo conteúdo que orienta para consciência de classe desses atores e atrizes:

Ficou vislumbrada durante a realização do **Projeto Salvaguarda Cultural: Valorizando Elementos da Cultura Cruzalmense** a força que tem a classe dos espadeiros, pois os mesmos não são motivados por um simples desejo, mas sim por uma paixão enraizada, passada por geração em geração (A TRADIÇÃO DA FESTA DAS ESPADAS DE CRUZ DAS ALMAS, 2013, p. 11).

Debate historiográfico e os problemas de pesquisa

É complexo indicar trabalhos e correntes historiográficas sobre a Guerra de Espadas, quando são escassos os artigos em anais de eventos e dissertações em Programas de Pós-Graduação que buscaram estudar esse fenômeno sociocultural. Destarte, os “vácuos” são muitos. No entanto, os trabalhos sobre a Guerra de Espadas têm girado em torno de temáticas como: identidade cultural, tradição/modernidade, cotidiano, cultura popular, festas, masculinidades etc. Observa-se que

² Nome fictício.

conceitos como cultura, identidade, representação e resistência gozam de maiores privilégios. Portanto, autores como Clifford Geertz, Stuart Hall, Roger Chartier, Peter Burke e Edward Palmer Thompson fundamentam as análises.

Para demonstrar qual a contribuição que pretendemos oferecer com esta proposta de pesquisa, selecionamos os três principais trabalhos sobre a Guerra de Espadas e evidenciamos de que maneira as práticas de violência foram apresentadas. De antemão, esses trabalhos limitaram-se a entender as modulações da violência existentes na tradicional festa como desvios e sem racionalidade.

A primeira, vinda do Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade de Brasília (UNB), foi escrita por Rodrigo Gomes Wanderley, em 2016, recortando o espaço geográfico de Senhor do Bonfim e a sua análise etnográfica datando de 2014-2015. Para ele, a legitimação da Guerra de Espadas parte das semânticas do patrimônio cultural, tradição e identidade cultural. Seu programa teórico-metodológico já indica o ponto final da sua abordagem. Parece um círculo vicioso que se dá entre o trinômio da identidade-tradição-patrimônio. Sua perspectiva se torna tão forte nesse sentido que chega, até mesmo, a tomar a posição de uma possível normatização da prática para que a “morte anunciada” não chegue realmente. Sem prolongamentos, destacamos alguns trechos de sua dissertação que orientam sua visão sobre a violência: “A violência era minorada evitando disputas fratricidas ou acionando situações específicas [...]. Creio que o mito fundador da Guerra de Espadas já indica como o ritual funcionou como um processo de mediação e evitação de uma situação de violência eminente” (WANDERLEY, 2015, p. 57); “na Guerra de Espadas não há intuito de machucar o outro guerreiro, mas sim de brincar com os artefatos na rua [...]” (WANDERLEY, 2015, p. 59); e “a Guerra de Espadas: queima, machuca, fere, maltrata, mas não violenta” (WANDERLEY, 2015, p. 127).

A segunda dissertação foi escrita em 2012, por Rafael Peixoto, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O autor realizou uma descrição etnográfica participante, o que propiciou adentrar integralmente no processo produtivo das espadas e da própria Guerra de Espadas. Manejou fontes iconográficas, oficiais, audiovisuais, e, principalmente, a História oral como metodologia para extração de dados. Buscou problematizar a situação da criminalização da Guerra de Espadas em Cruz das Almas, diante dos mandos do Ministério Público local e valorou, ao mesmo tempo, o quão importante essa manifestação era para aquelas pessoas, considerando como prática de identificação cultural, tradicional e de altíssimo valor simbólico. Aqui estão alguns dos trechos que esboçam elementos da

violência em sua obra: “Esse aumento do consumo, unido ao interesse dos adeptos no festejo, faz da festa, um problema de ordem pública” (PEIXOTO, 2012, p. 60); “não resta dúvida de que os princípios dos espadeiros na querela são basicamente moldados por uma cultura festiva. Não se trata de uma festa recheada de confrontos pessoais, o intuito não é almejar o inimigo” (PEIXOTO, 2012, p. 89); e “podemos afirmar que os acidentes nas galhofadas das espadas são incertos da mesma forma como é incerta a interação dos participantes em machucar ou agredir tanto os outros espadeiros quando os não adeptos” (PEIXOTO, 2012, p. 113).

Por fim, a obra de Adriana da Silva Oliveira. Sua dissertação foi desenvolvida no Programa de Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2012. O interessantíssimo recorte temporal, de 1950 a 1990, considerava a Guerra de Espadas integrada ao panorama ditatorial militar brasileiro. As fontes norteadoras foram: jornais, documentos do Executivo local e fontes orais. De imediato, referindo-se ao seu entrevistado, Adriana Oliveira afirma: “Seu relato descreve como antigas formas e elementos dos festejos juninos na cidade se distanciavam de outras práticas; suas recordações registram que havia menos violência na festa” (OLIVEIRA, 2012, p. 85); e “nas décadas de 1980 e 1990, o uso indiscriminado das espadas tornou-se mais habitual entre os moradores de Cruz das Almas, alterando práticas relacionadas às antigas formas de apreciação do festejo” (OLIVEIRA, 2012, p. 119). Vai ser o aumento “indiscriminado” de espadeiros, tomando essa linha interpretativa, que modificará a tradicional formatação da Guerra de Espadas.

Ao se tomar tais contribuições, e sem destituí-las de seus méritos, as relações com a violência dentro da Guerra de Espadas estão mais próximas do plano ideal. Negar que desentendimentos cotidianos entre vizinhos, integrantes de bairros distintos e conflitos entre turistas e moradores da cidade possam existir na Guerra de Espadas é, talvez, negar a função social catártica da prática. Mais do que isso, é cegar-se para compreensão de que conflitos coletivos na Guerra de Espadas contra membros do Estado possam expressar, nada mais nada menos, que a permanência dos direitos tradicionais de manutenção da própria manifestação cultural. É nesse sentido que buscaremos avançar com o estudo desse tema.

Os problemas a serem pesquisados, nesta proposta de pesquisa, surgiram de dois eixos: da experiência com o objeto e do nível teórico. No primeiro caso, a documentação arrolada permite por em evidência os momentos de repressão policial sobre a população espadeira, ao mesmo tempo em que fornece meios de interpelar outras relações que não se restringem aos atos facilmente detectáveis, isto é, da violência física. Ainda, a partir da experiência como testemunha ocular no

processo de produção das espadas e da própria dinâmica da Guerra de Espadas, clarearam-se a divisão do trabalho e os códigos tácitos entre policiais e espadeiros (as) nos encontros pelas vias da cidade. Ao inventariarmos as fontes e tornarmos lúcidas as experiências etnográficas, identificamos aspectos como: os dados concretos de repressão policial, práticas de violência, negociações entre policiais e espadeiros (as), percepção de como esses atores e atrizes históricos se representam e representam o outro, discordâncias populares sobre a Guerra de Espadas, as relações e divisões do trabalho na produção das espadas e, é claro, o próprio cotidiano que insiste em se destacar nas fontes.

Todavia, não restringimos a emergência dos problemas da pesquisa ao primeiro nível. A historiografia, desde a crítica aos pressupostos positivistas de produção da História e nos usos de fontes oficiais, ao longo do século XX, já possui uma grande e importante produção que considera as práticas cotidianas de conflitos e resistências dos sujeitos antes marginalizados pela História. A partir da utilização de novas fontes (processos criminais, jornais, documentos policiais etc.) e metodologias (a exemplo da história oral), buscou-se alcançar as experiências de lutas sociais que não se aplicavam ao campo da política formal. Por esses trilhos, os historiadores e historiadoras visaram ressaltar as micropolíticas cotidianas, isto é, as lutas das personagens históricas vindas *de baixo* como: escravos (as), trabalhadores (as) pobres livres e suas intrincadas relações com as novas formas de controle dos espaços urbanos (higienização, modernização e progresso), relações de solidariedades, condições de trabalho, formas marginais de sobrevivência e as múltiplas facetas de resistência e negociações estabelecidas por essas pessoas ao longo de suas vidas. Em outras palavras, mesmo quando esses profissionais analisavam temáticas variadas, em temporalidades e espacialidades distintas, era a vida cotidiana das pessoas a maior privilegiada nas abordagens (AZEVEDO, 2009; BRESCIANI, 1982; CHALHOUB, 2012, 1987; DIAS, 1984; FRAGA FILHO, 2006, 1996; PERROT, 2006; PESAVENTO, 2001, 1994; PINTO, 1994; ROSEMBERG, 2006; SILVA & REIS, 1989).

Ao trazerem à tona as peripécias cotidianas da população pobre em diversas espacialidades e temporalidades, historiadores e historiadoras acabaram, inevitavelmente, demonstrando o contato desses indivíduos com os poderes do Estado. Eis que a instituição policial aparecia como mantenedora da ordem escravocrata e, com o advento da república, de uma ordem burguesa, ou seja, rigorosamente vinculada às classes altas. Destarte, as interpretações caminharam no entendimento da polícia como agência contribuinte para o processo de disciplinamento da população para o trabalho, tornando forte a repressão ao ócio e às culturas das classes pobres. Ao

mesmo tempo, a polícia seria vista como instrumento de ordem, objeto propício aos ideais de modernidade e progresso em sociedades com valores capitalistas. A violência promovida por tal instituição, a Polícia, resplandecia como demarcadora das abordagens. É claro que, em diversos enfoques, era possível acessar o cotidiano da prática policial em que a violência era evitada, estabelecendo-se negociações com aqueles (as) submetidos (as) ao intenso controle social; ou, até mesmo, quando os (as) policiais contribuíam com a desordem, observando contradições em suas funções. Porém, em nossa concepção, esses trabalhos dialogavam dentro de uma lógica de forte exercício da noção de controle social (BARBOSA, 2014; BERENICE, 1985; CARVALHO, 1985; CHALHOUB, 2012; IACY, 2008; MARTINS, 2003; STORCH, 1985).

No final da década de 1980 e começo dos anos de 1990, foi aberta uma nova linha interpretativa que tem destacado a interação entre população e policiais. Houve, nessas abordagens, um deslocamento mais profundo que acabou pondo em questionamento o próprio conceito de controle social e dos policiais como “fantoques” das elites e do poder estatal. O criticismo dessas abordagens direcionou, e ainda direciona, os olhares para a prática policial e seu contato diário com a população. Não que a instituição tenha se perdido, pois abriram-se caminhos para perceber que a Polícia (instituição) possui o seu próprio cotidiano, sendo esse mais complexo do que os limites apontados pelos dados quantitativos e normativos. Com isso, o mais interessante dessas abordagens tem sido, em nossa opinião, tornar os (as) próprios (as) policiais pessoas de “carne e osso”, possuidores (as) de costumes e culturas externas aos planos regulamentares e disciplinares da corporação e que, acima de tudo, praticam com todo vigor tais heranças (FONTELES NETO, 2006; GALEANO, 2015; LUNCKES, 2012; MAUCH, 2016, 2004; PEREIRA, 2017; ROSEMBERG, 2010). É nessa corrente que este trabalho pretende inserir-se.

Ao considerar a discussão anteposta, podemos apresentar os problemas de pesquisa: (a) Como a Guerra de Espadas fornece meios para que policiais (em certas circunstâncias) e espadeiros (as) se oponham às leis vigentes? (b) em quais momentos os policiais entram em ação como força de manutenção da ordem social? (c) qual a finalidade no uso da violência? (d) como a criminalização da produção das espadas vem modificando as relações de trabalho? Os problemas suscitados nesta proposta de pesquisa levam-nos às relações, aos encontros, conflitos, negociações e ao cotidiano de espadeiros (as) e policiais, portanto, atrelam-se concretamente, como veremos, aos nossos objetivos.

Justificativa acadêmica e intelectual

A proposta de pesquisa visa dar seguimento aos estudos realizados no âmbito do mestrado. As intenções, naquele momento, eram as de investigar as disputas e conflitos em torno dos processos de criminalização da Guerra de Espadas e, ao mesmo tempo, as práticas de violência desencadeadas. A trama trazia à tona as estratégias manejadas pelo poder estatal em instituir a tradição como um crime e, do outro lado, as criativas resistências estabelecidas por espadeiros e espadeiras na continuidade da manifestação. No decorrer da pesquisa, as fontes esboçaram sinais da existência de complexas interações entre espadeiros (as) e policiais. Interações insuficientemente analisadas naquele trabalho por motivos claros: os limites de tempo de pesquisa e por projetarmos outros objetivos. Portanto, acreditamos ser essa a ocasião apropriada para tal investigação.

A carência de estudos sobre a Guerra de Espadas, não só em Cruz das Almas, revela-se como a principal justificativa para a realização deste trabalho. Concomitantemente, o foco das análises tem se limitado a perceber a prática somente enquanto tradição e manifestação cultural. Com isso, outras modulações presentes no festejo têm sido evidentemente negligenciadas por parte das pesquisadoras e pesquisadores. Acaba-se perdendo fenômenos importantíssimos como: os embates cotidianos que são acionados e revividos no instante da Guerra de Espadas, as práticas de violência como recurso utilizado para manutenção da festa, as operações que articulam espadeiros (as) e policiais que vivenciam uma mesma cultura etc.

Essa última justificativa é importante não apenas para avançar nos debates acerca da Guerra de Espadas, mas insere-se na interpretação que a historiografia vem desenvolvendo, desde o final da década de 1990, sobre as relações cotidianas entre população e membros vinculados ao Estado, relações que nem sempre são tomadas por violência, mas por negociações e rupturas do pacto normativo oficial, no caso aqui específico pelos (as) policiais, para que se vivenciem “costumes em comum”.

Objetivo geral

Investigar as práticas de resistências entre espadeiros (as) e policiais militares na Guerra de Espadas em Cruz das Almas-BA, entre os anos de 1980 a 2017.

Objetivos específicos

- Entender como o município, com as suas tensões, pensa a Guerra de Espadas.
- Analisar os alcances e os limites do Controle Social.
- Examinar as práticas policiais no enfrentamento/articulação com os (as) espadeiros (as).

- Refletir as relações de trabalho no contexto da criminalização da Guerra de Espadas.

Apontamentos teóricos e metodológicos

Como metodologia, intenciona-se construir, tomando a Guerra de Espadas como objeto, uma reflexão teórica que possibilite abordar valores compartilhados, ações, regras, sentidos, disputas e significados que possam compor, dentro das multiplicidades individuais, um conjunto social estandardizado de práticas, permitindo-nos contrastá-la com as leis e regulamentos vigentes pelo Estado. Não se pretende um método quantitativo, mas qualitativo. Para isso, a apropriação de algumas categorias torna-se importante, a saber: negociação, experiência e cultura policial. Contudo, o conceito de resistência é central para o nosso trabalho.

As duas primeiras remetem às contribuições intelectuais de Edward Palmer Thompson. Ao examinar profundamente a relação conflituosa entre a *gentry* e as classes pobres na Inglaterra do século XVIII, Thompson identificava uma sociedade completamente alojada em estruturas de reciprocidade. Conforme o autor, havia uma relação dialética que condicionava para percepção de uma sociedade dividida, mesmo quando não tomava a cultura dos pobres dentro de uma consciência clássica de classe. Essa dialética, suscitada por Thompson, deveria ser entendida não somente como antagonismos, mas como ajustes, reconciliações, isto é, como um campo de forças:

Não se pode compreender essa cultura, nos termos da experiência, na sua resistência à homilia religiosa, na sua zombaria picaresca das prudentes virtudes burguesas, no seu pronto recurso à desordem e nas suas atitudes irônicas para com a lei, a menos que se empregue o conceito dos antagonismos, ajustes e (às vezes) reconciliações dialéticas de classe (THOMPSON, 1998, p. 69).

O ponto-chave que nos interessa está no teatro social representado tanto pela aristocracia quando pela classe pobre. Esse teatro evidenciava a relação de poder que se exercia, muitas vezes, indiretamente. Na dinâmica do teatro, a *gentry*, para manter seus vícios, era obrigada a negociar constantemente com a população pobre. A turba compreendia perfeitamente tal situação e também estabelecia um contrateatro extremamente ameaçador: “A partir de baixo, podia ser vista em parte como autopreservação necessária, em parte como extração calculada do que podia ser conseguido. Visto dessa maneira, os pobres impunham aos ricos alguns dos deveres e funções do paternalismo, assim como a deferência lhes era por sua vez imposta” (THOMPSON, 1998, p. 78). Ora, Thompson indica a existência de um campo de forças entre a população pobre e a *gentry*. As ameaças de destituição do *status quo* da aristocracia provocada pela classe pobre, a obrigava a negociar e agir por concessão aos reclames populares.

É importante “costurar” essa categoria de análise com a de experiência. A experiência

permite acessar as escolhas conscientes dos sujeitos em suas ações, ao mesmo tempo em que estes não estão desvinculados da cultura. Para Thompson (1981, p. 189), esse é um ponto importante de junção, “pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento [...]”. Dessa forma, o sujeito deixa de ser entendido mecanicamente (estrutura). Portanto, sobre a experiência:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (THOMPSON, 1981, p. 182).

Investigaremos experiências comuns³ que permitam constituir um quadro de interesses coletivos e de identidades entre espadeiros (as) e policiais.

A terceira, cultura policial, articula-se completamente com as anteriores e também se movimenta pelo cotidiano, pelas práticas do dia a dia. Para o historiador Marcos Luiz Bretas, a historiografia desconsiderou as interações simbólicas existentes entre policiais e populares, ao passo que a polícia foi perspectivada como instituição que impunha determinada ordem social e que se utiliza da violência para alcançar seus fins. Nesses termos, “os historiadores, usando o conceito de controle social, salientaram que a polícia ocupou um certo lugar na estrutura social e agiu de acordo com as expectativas, impondo os valores sociais dominantes, quer pela persuasão, quer pela força” (1997, p. 14). Ao procurar desvencilhar-se dessa linha historiográfica de interpretação, o pesquisador considera importante analisar a existência de uma cultura policial. Segundo Bretas, essa cultura policial é construída a partir das experiências diárias e compartilhadas pelos policiais. “Uma abordagem sistemática das atividades policiais diárias poderá evidenciar como a experiência ajuda a moldar ou confirmar valores ou, às vezes, desafiar os valores estabelecidos conferindo à ‘cultura policial’ uma imagem mais definida, ainda que menos coerente” (1997, p. 16).

Sobre o conceito de resistência, fundamental para a presente proposta, pois permite entender as diferentes maneiras com as quais espadeiros (as) realizam a manutenção da Guerra de Espadas, os ensinamentos de James C. Scott (2000, p. 20) tornam-se essenciais. Ao refletir sobre as relações de classe do povo malaio, Scott propôs um instrumental analítico no qual opera sobre o que ele chamou de discursos (ou transcrições) ocultos. Ele entende a linguagem como um viável mecanismo de poder entre dominados e dominadores naquela região. As relações de poder ocultas

³ A concepção de classe em Thompson é extraída a partir dos (as) próprios (as) trabalhadores (as) que com suas experiências constroem uma consciência dentro de uma historicidade: “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 1987, p. 10).

funcionam no cotidiano das pessoas, o que normalmente não é de interesse intelectual. Desde então, Scott percebe que os grupos em condição de subalternidade não são passíveis, resistindo nas entrelinhas do poder opressor: “Existen prácticas y rituales para denigrar, ofender y atacar los cuerpos, que, generados em forma rutinaria por la esclavitud, la servidumbre, el sistema de castas, el colonialismo e el racismo, constituyen una gran parte, según parece, de los discursos ocultos de las víctimas”. Para melhor entender as afirmações de Scott, apresentamos o relato do espadeiro Júnior:

Têm muitas pessoas que, quando a viatura chega, ficam vaiando. Outros metem espadas na viatura. Acho que tudo isso ajuda a acabar com a tradição, né? Desse ano para cá, eles estão mais calmos. Quando a viatura vem, eles... Porque já sabe. Se assobiar, der vaia, onde der, eles invadem e apanha todo mundo. Não tem negócio de tamanho, de idade, apanha todo mundo. E, se for a caatinga, não tem perdão (JÚNIOR, 2017).

Aparentemente sem qualquer importância, o não recurso à vaia se revela como uma forte característica de ação política por parte dos espadeiros. É assim que as proposições de Scott se tornam valiosas para o nosso trabalho: “The argument to be developed here is that much of the politics of subordinate groups falls into the category of ‘everyday forms of resistance’, that these activities should most definitely be considered political [...]” (SCOTT, 1989, p. 33).

As principais fontes desta proposta de pesquisa, mas não as únicas, são os boletins de ocorrências⁴, fontes orais e os jornais.

Sobre os boletins de ocorrências, Acácia Hagen e Aida Griza (2009, p. 140) argumentaram que a constituição desses registros é resultado de demandas variadas e que, na maioria das vezes, não representam ações delituosas: “Do ponto de vista do trabalho policial, em tais situações, a instituição está sendo demandada devido a problemas que não estão diretamente ligados à criminalidade, mas são expressões de uma convivência social difícil, seja familiar ou não”. É nesse ponto que os boletins contribuem para a exequibilidade desta pesquisa, ao passo que apresenta uma nova afirmativa. Ou seja, esse tipo de documento não pode ser entendido, obviamente, como a expressão da realidade. Os boletins, na prática, são versões de alguém (policial ou vítima) para obtenção do estatuto de oficialidade de suas demandas. Em outros termos, são produzidos por indivíduos que buscam transformar ações cotidianas em registros oficiais obtendo, dessa maneira, o

⁴ Com a finalidade de classificar os boletins de ocorrências, conseguimos localizar oito tipos de ações que tinham as espadas como instrumentos de conflitos entre agentes da lei, população espadeira e não espadeira. Entre os 82 boletins coletados, datados de 2009 a 2017, encontramos as seguintes tipologias: “crimes contra a administração pública”, “crimes contra a pessoa”, “crimes contra o patrimônio”, “contravenção penal (perturbação do trabalho ou do sossego alheios e da tranquilidade)”, “ocorrências não delituosas (apresentação de preso)”, “crime contra a incolumidade pública (fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos)”, “conduta delituosa praticada por menores (ato infracional)” e “porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso restrito”.

poder de nomeação do Estado.

Além disso, os boletins de ocorrências são atravessados por formas não aleatórias de seletividade. Alguns tipos de crimes podem aparecer com maior frequência do que outros, conforme Karl Monsma (2011, p. 28):

Se os crimes que aparecem nas fontes oficiais constituíssem uma amostra aleatória da totalidade dos eventos criminosos, essa sub-representação não constituiria problema para a análise, mas sabemos que as chances de denúncia (ou de Boletim de Ocorrência hoje) são maiores para certos tipos de crimes, vítimas e contextos. Isso significa que existem formas de seletividade não aleatórias que influenciam a natureza do conjunto dos crimes que aparecem nos documentos da polícia e da Justiça.

A produção de tais fontes depende, também, dos contextos culturais de cada sociedade e sua temporalidade. Podemos convir que parcela considerável da população cruzalmense, incluindo policiais, não compreenda, mesmo com os ditames da lei, que sua tradição seja uma prática criminosa. Fator que pode diminuir drasticamente a quantidade de registros policiais. Essas distorções na produção dos boletins foram destaques nas análises de Teresa Pires do Rio Caldeira. Obviamente que a autora estava analisando a realidade da cidade de São Paulo nas décadas finais do século XX.

A distorção das estatísticas de crime não é só uma questão quantitativa, mas também qualitativa. Tendo em vista que é a polícia que produz as estatísticas, sua visão do que seja a população potencialmente criminosa, sua avaliação sobre os diversos crimes e sua maneira de agir em relação aos diferentes tipos de eventos são todos elementos que influenciam os resultados – ou seja, as estatísticas (CALDEIRA, 2000, p. 104).

Tomadas as devidas reflexões, acredita-se que os boletins de ocorrência são arranjos da realidade. Entendemos por arranjos as versões e os discursos instados nos registros que visam nomear outrem como culpado (a). Destarte, qualquer coisa pode ser dita à polícia para que o evento ocorrido com certa pessoa ganhe tons de verdade e, conseqüentemente, a legitimidade do poder estatal. Portanto, deve-se considerar que os boletins de ocorrências são fontes dotadas de múltiplos interesses.

Para exemplificar, o caso do espadeiro Joaquim⁵ com a polícia a partir do boletim de ocorrência é significativo:

Pela guarnição composta por CAP/PM Cedraz, TEN. Joseval e SD/PM Paulo, foi apresentado Joaquim, com 20 anos de idade, pelo fato do mesmo estar tocando espadas (fogos de artifícios) que no momento da abordagem o mesmo estava tocando a espada acesa, foram apreendidas 03 espadas [...] (4ª CRPN C ALMAS-BO-15-00266).

Vimos, acima, o primeiro arranjo da realidade através do documento oficial. Essa categoria

⁵ Nome fictício.

é interessante, pois destitui os boletins enquanto expressões fieis do real. Isso porque, como veremos abaixo, esses documentos são sempre produtos de interesses para fins específicos. Deixemos que Joaquim exponha a sua versão sobre o acontecido:

Aí me botaram na sala lá para dar depoimento. Aí, como eu já tava com advogado, aí veio o chefe da viatura. Como ele falou a parte dele e eu depois falei a minha, aí depois entrou mais outro policial querendo botar coisas que não estavam, não eram meu pertence. Ele entrou na sala querendo botar uma mochila lá cheia de espada que não era minha. Eu aleguei que não era minha, a delegada mandou ele sair porque o chefe já tava lá dando depoimento, que é quem pode responder (JOAQUIM, 2016).

Percebe-se, com esse relato, a complexidade em lidar com os boletins. Ao mesmo tempo, a atitude do policial pode ser interpretada por meio da categoria de análise proposta por Marcos Bretas, cultura policial. Ou seja, as experiências cotidianas desses sujeitos produzem formas variadas de ações que transcendem até mesmo as que estão prescritas em seus regulamentos.

Como demonstramos, os boletins serão cruzados com as fontes orais, pois “para aqueles que trabalham com a história recente, a história oral focalizada em experiências de vitimização seria um bom corretivo para as fontes oficiais” (MONSMA, 2011, p. 29). A utilização da história oral como meio de coleta de relatos das pessoas comuns não se dá aleatoriamente. Essa metodologia serve como ponto de vista alternativo e crítico aos documentos oficiais. Nesse sentido, as fontes orais são fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa.

A história oral pode ser considerada uma “velha” conhecida dos (as) historiadores (as). Seu uso permitiu trazer as histórias dos sujeitos ordinários, aqueles que sempre tiveram suas vidas negadas pela História oficial. A temporalidade, na história oral, é de tamanha relevância, pois está nela o elemento de definição do que será lembrado por cada indivíduo. Destacamos que o relato oral não revela a realidade do acontecido. Reconstruídos entre o social e o individual, os relatos perpassados oralmente são sempre versões do passado e jamais serão idênticos (DELGADO, 2003; FRANÇOIS, 1998; TEDESCHI, 2014).

Foram entrevistados (as) oito espadeiros (as) a partir de critérios diferenciados. Achou-se notório, nesse caso, entrevistar espadeiros (as) que se debateram com o poder judiciário, com as forças policiais demandadas pelo Estado e aqueles (as) que defendem a tradição sem que estivessem integrados (as) em uma Associação. Pretende-se a constituição de novas entrevistas ao longo da pesquisa, principalmente com policiais.

Com as fontes orais o cotidiano ganha visibilidade, trazendo as experiências das pessoas ao primeiro plano. Esse foi e continua sendo ponto crucial nas abordagens históricas que consideraram e consideram a utilização das fontes orais:

Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas [...]. Em linhas gerais, essa combinação significa o seguinte: questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas (ALBERTI, 2006, p. 165).

Os jornais servirão como meios para articulação do objeto com o nível macro da realidade. Esses representam o ideal aceito por uma sociedade, assim como as fontes oficiais. As notícias vinculadas por essa tipologia de fonte tendem a legitimar ou a criticar as ações das pessoas que serão privilegiadas nesta proposta de pesquisa. É com essa documentação que o ideal alvitado pela instituição policial poderá ser questionado. Afirmamos que os jornais oferecem um contraponto ao ideal das fontes oficiais. Trabalhar com jornais é estar atento às representações cotidianas efetuadas sobre esses atores e atrizes históricos (as). Ainda, essa documentação permite que espadeiros (as) e autoridades policiais se expressem. Significa dizer que as experiências de espadeiros (as) e policiais, em dias de Guerra de Espadas e em seus cotidianos, tornem-se destaques nas notícias.

No que tange aos jornais, trabalharemos com o *A Tarde*, de Salvador, e com o *Jornal do Planalto*, da cidade de Cruz das Almas. Esse cruzamento fornecerá indícios de disputas sobre a Guerra de Espadas, explicitando os interesses culturais de cada lugar por meio dessas mídias.

As outras fontes são as seguintes: Regimento da Polícia Militar da Bahia, Ação Cautelar, Parecer do Exército sobre as espadas e a Recomendação do MP. Essas abrem caminho para desvendarmos aspectos importantes sobre as leis e normas que constituem a instituição policial, as estratégias operadas pelas instituições estatais na criminalização da Guerra de Espadas e os impulsos repressivos. Então, é possível acessar a disciplina, hierarquias, requisitos para o ingresso na corporação, estratégias de controle social e os deveres sociais dos (as) policiais. Cabe dizer que a Cartilha dos Espadeiros se abre como potencial documento para que investiguemos as táticas na formação de uma consciência de classe por parte dos espadeiros e das espadeiras no município de Cruz das Almas.

Cronograma

Anos Atividades	2019		2020		2021		2022	
	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem	1º sem	2º sem
Disciplinas teóricas: realização dos créditos	X	X	X	X				
Revisão bibliográfica	X	X	X	X				
Estágio de docência								

			X	X				
Coleta de dados			X	X	X			
Classificação dos dados/Categorização			X	X	X			
Análise e interpretação dos dados			X	X	X	X		
Produção do texto para o exame de qualificação			X	X	X			
Exame de Qualificação					X			
Redação final da Tese						X	X	X
Revisão técnica e ortográfica								X
Relatórios de atividades	X	X	X	X	X	X	X	X
Defesa da Tese								X

Fontes

Fontes impressas

BAHIA. [Ação Cautelar]. **Ação de busca e apreensão do ministério público do estado da bahia Nº 0001047-89.2011. 805. 0072.** Cruz das Almas, 2011.⁶

A Tradição da Festa das Espadas de Cruz das Almas: caminhos para regulamentação e conscientização. Cruz das Almas: Nossa Gráfica, 2013.⁷

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Recomendação N. 01/2015.** Cruz das Almas/BA, 09 de junho de 2015.

BAHIA. **Estatuto dos Policiais Militares da Bahia,** 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa Exército Brasileiro Departamento Logístico. **Parecer técnico: nº 02/2015.** Brasília Seção de registro - DFPC, 2015.⁸

⁶ Documento movimentado pelo promotor da cidade que, com o acolhimento da juíza, tornou a Guerra de Espadas criminalizada. Na Ação Cautelar, dispomos dos argumentos arregimentados pelo promotor e das estratégias utilizadas para alcance de seu objetivo. Com isso, essa fonte torna-se fundamental para o andamento da pesquisa. Temos uma cópia digital da Ação Cautelar.

⁷ A cartilha foi elaborada por espadeiros e espadeiras no ano de 2013, quando a Guerra de Espadas já se encontrava na ilegalidade. Há, na cartilha, indicativos sobre consciência de classe. Dispomos de um exemplar impresso da cartilha.

⁸ O Parecer Técnico foi feito pelo Exército a pedido do Ministério Público local. O conteúdo do documento exhibe elementos interessantes que revelam as estratégias do Estado na criminalização da Guerra de Espadas e dos (as) espadeiros (as). Temos uma cópia impressa.

Fontes policiais (Digitais)

**Departamento de Polícia do Interior – Delegacia Circunscricional de Cruz das Almas-BA.
Boletins de Ocorrências**

Ano- 2009 – Registros de Ocorrências

1282009000971	1282009000932	1282009000916	1282009000910
1282009000882	1282009000762		

Ano 2010 – Registros de ocorrências

1282010001411	1282010001284	1282010001280	1282010001270
1282010001232	1282010001222	1282010001210	1282010001196
1282010001191	1282010001182	1282010001159	1282010001134
1282010001133	1282010001131	1282010001127	1282010001100
1282010001089	1282010000842	1282010000806	

Ano 2011 – Registros de Ocorrências

1282011001925	1282011001609	1282011001573	1282011001572
1282011001563	1282011001549	1282011001477	1282011001472
1282011001456	1282011001447	1282011001393	1282011001254

Ano 2012 – Registros de Ocorrências

1282012001057	1282012001034	1282012001033	1282012001030
1282012001029	1282012001028	1282012001019	1282012001017
1282012001014	1282012000944	1282012000937	

Ano 2013 – Registros de Ocorrências

1282013001784	1282013001783	1282013001782	1282013001777
1282013001772	1282013001626	1282013001610	

Ano 2014 – Registros de Ocorrências

1282014001871	1282014001860	1282014001859	1282014001856
1282014001855	1282014001854	1282014001853	1282014001851
1282014001850	1282014001832	1282014001830	1282014001828
1282014001807	1282014001760		

Ano 2015 – Registros de Ocorrências

4ªCRPN C ALMAS-BO- 15-00269 4ªCRPN C ALMAS-BO- 15-00267
4ªCRPN C ALMAS-BO- 15-00265

Ano 2016 – Registros de Ocorrências

4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01522 4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01521
4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01519 4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01490
4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01418 4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01417
4ªCRPN C ALMAS-BO- 16-01328

Ano 2017 – Registros de Ocorrências

4ªCRPN C ALMAS-BO- 17-01518 4ªCRPN C ALMAS-BO- 17-01511
4ªCRPN C ALMAS-BO- 17-01379t

Fontes orais

Joaquim (21 anos, espadeiro). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 28 dez. 2016.
Janaina (44 anos, espadeira). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 16 fev. 2018.
Igor (35 anos, espadeiro). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 21 dez. 2016.
Martinho (34 anos, espadeiro). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 21 dez. 2016.
Danilo (38 anos, policial). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 20 mar. 2018.
Marcos (36 anos, espadeiro). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 5 mar. 2017.
Júnior (35 anos, espadeiro). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 5 mar. 2017.
José (45 anos, espadeiro). Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz das Almas, 8 jun. 2017.

Jornais

- *Biblioteca Pública do Estado da Bahia – Salvador (BA) - BPEB*

Jornal A Tarde, 22 jun. 1974
Jornal A Tarde, 25 jun. 1980
Jornal A Tarde, 19 jun. 1983
Jornal A Tarde, 26 jun. 1985
Jornal A Tarde, 26 jun. 1988
Jornal A Tarde, 10 maio 1994
Jornal A Tarde, 25 jun. 2003

- *Arquivo privado de Hermes Peixoto – Cruz das Almas (BA)*

Jornal do Planalto, 5 maio 1979
Jornal do Planalto, 13 jun. 1981
Jornal do Planalto, 14 jun. 1981
Jornal do Planalto, 27 jun. 1981
Jornal do Planalto, 28 jun. 1981
Jornal do Planalto, 10 jul. 1983
Jornal do Planalto, jun. 1987
Jornal do Planalto, mar. 1990
Jornal do Planalto, jun. 1990

Jornal do Planalto, fev. 1996

Referências

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.

AZEVEDO, Elciene (Orgs.) **Trabalhadores na Cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

BARBOSA, Alisson Gonçalves. **O povo, os juízes e a polícia: histórias de abuso de poder policial na Bahia 1900-1920**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, 2014.

BERENICE, Cavalcante. A polícia e a nação: a necessidade de “segurança interna e tranquilidade pública”. **Revista OAB/RJ**, v. 22, 1985, p. 61-72.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muro: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Edusp, 2000.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Contra o "espantinho da repressão": a polícia e a construção da ordem burguesa no Brasil. **Revista OAB/RJ**, v. 22, 1985.

CASTRO, Jânio Roque. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador: EDUFBA, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: história de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

_____. **Mendigos, moleque e vadios na Bahia do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 1996.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. Cotidiano e atuação policial em Fortaleza: entre o dever e a prática nas primeiras décadas do século XX. **Trajetos**, v. 4, 2006, p. 95-118.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 3-14

GALEANO, Diego, O ofício inconfessável: policiais, ordem urbana e mercado de trabalho em Buenos Aires, 1867-1880. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 9, 2015, p. 191-211.

HAGEN, Acácia Maria Maduro; GRIZA, Aida. Quem procura a polícia e para quê? Análise de boletins de ocorrências em Porto Alegre. **Perspectivas**, v. 36, 2009, p. 121-153.

IACY, Maia Mata. Libertos na mira da polícia: disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição. **História Social**, n. 14-15, 2008, p. 35-59.

LUNCKES, Mariseti Cristina Soares. Ser policial militar no norte de Goiás: história e práticas cotidianas (1934-1964). **Saeculum**, v. 27, 2012, p.153-169.

MARTINS, Valter. Policiais e populares: educadores, educandos e a higiene social. **Cad. Cedes**, v. 23, n. 59, 2003, p. 79-90.

MAUCH, Claudia. Por uma polícia moderna e respeitável: polícia e policiais em Porto Alegre (1886-1928). **História: Questões & Debate**, v. 64, n. 1, 2016, p. 179-205.

_____. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

MONSMA, Karl. O problema de viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. **História Social**, n. 21, 2011, p. 27-46.

OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Entre cruz e as espadas: práticas culturais e identidades no São João em Cruz das Almas - BA (1950-1990)**. Dissertação (Mestrado em História), Santo Antônio de Jesus: Universidade do Estado da Bahia - UNEB, 2012.

PEIXOTO, Rafael Caldas Barros. **A Guerra de Espadas em Cruz das Almas: cultura, turistificação e estigmatização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 2012.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. A força pública e o policiamento do estado republicano em Minas Gerais. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, 2017, p. 34-54.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

PINTO, Maria Inez Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: EDUSP, 1994.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **Suerdieck, epopéia do gigante**. Salvador: 2003. Disponível em: http://www.ubaldomarquesportofilho.com.br/upload/livro_suerdieck_epopeia_do_gigante.pdf. Acesso em: 16 jul./2019.

ROSEMBERG, André. **De chumbo e festim**: uma história da polícia paulista no final do Império. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2010.

_____. **Ordem e burla**: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880. São Paulo: Alameda, 2006.

SANTANA, Alino Matta. **Livro do Centenário - Marcos do Progresso de Cruz das Almas**. Cruz das Almas: Bureau, 1997.

SANTANA, Geferson. Clandestinidade, trabalho fabril e cotidiano no mundo fumageiro do Recôncavo da Bahia. **Laboratório de Ensino de História do Recôncavo da Bahia**. Cachoeira, 2013.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Mexico: Ediciones Era, 2000.

_____. Everyday forms of resistance. **Copenhagen Papers**, v. 4, 1989, p. 33-62.

SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil. São Paulo Companhia das Letras, 1989.

STORCH, Robert. O policiamento cotidiano na cidade vitoriana. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8-9, 1985, p. 7-33.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados-MG: FGD, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1981.

WANDERLEY, Rodrigo Gomes. **Guerreiros do fogo**: uma etnografia da “morte anunciada”. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Brasília: Universidade de Brasília - UNB, 2016.

Recebido em: 29 de dezembro de 2020.

Aprovado em: 19 de fevereiro de 2021.